



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/09/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CONVÊNIOS.....	2
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. CORREGEDOR (A).....	3 - 4
3.2. JUÍZES.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	6 - 7
4.2. CNJ.....	8
4.3. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ .....	9
4.4. VARA CÍVEL.....	10

# Membros da Mesa Diretora do TJMA ouvem sociedade civil de Imperatriz

*Na ocasião foram ouvidas as demandas e esclarecidas questões sobre os serviços judiciários*

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo; o vice-presidente, desembargador Lourival Serejo; e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniram-se com juizes, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, policiais e representantes da sociedade civil de Imperatriz e região, oportunidade em que ouviram as demandas e esclareceram questões sobre os serviços judiciários.

Também participaram das reuniões e audiência pública os desembargadores José Luiz Almeida, ouvidor-geral do Poder Judiciário, e João Santana de Sousa, presidente do Comitê de Saúde do TJMA; os diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e o magistrado Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA.

Esta é a primeira vez que uma comarca do interior recebe os membros da Mesa Diretora para ouvir a população e os operadores do Direito sobre a prestação jurisdicional, iniciativa que deverá ser estendida a outras comarcas que são sedes de polo judicial no Estado.

Os magistrados participaram de entrevista coletiva com a imprensa de Imperatriz, onde responderam questionamentos sobre a estrutura física e de pessoal do Poder Judiciário; a continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz; e ressaltaram os resultados divulgados no relatório 'Justiça em Números', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual o TJMA alcançou o segundo lugar no

Índice de Atendimento à Demanda, entre todos os Tribunais de médio porte do País, entre outros dados.

Os desembargadores reuniram-se com 14 juizes titulares da comarca de Imperatriz, que falaram sobre as dificuldades da comarca e solicitaram a mudança do local de funcionamento dos Juizados; a realização de seletivo para estagiários; a melhoria na qualidade da conexão de internet, entre outros.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou aos juizes que todo o trabalho da Mesa Diretora é feito em conjunto e com a participação dos magistrados de 1º Grau, na busca do objetivo maior de oferecer melhores condições de trabalho e atendimento.

"Estamos aqui para ouvir as demandas e buscar medidas de melhoria, pois sabemos que a população cada vez mais busca uma Justiça célere e eficiente", observou o presidente do TJMA.

O desembargador Joaquim Figueiredo explicou sobre questões orçamentárias, limitações fiscais e possibilidades de nomeação de novos juizes e servidores; e apresentou projeto elaborado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, acerca da continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz, diante das condições do Poder Judiciário.

## **Audiência Pública**

Os desembargadores esclareceram diversos questionamentos durante audiência pública realizada na noite de segunda-feira (3), onde promotores, advogados, po-

liciais e defensores levantaram necessidades envolvendo os serviços jurisdicionais da região.

A advogada Stela Chaves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção de Açailândia), levantou a necessidade de ampliação do Fórum da comarca de Açailândia, ressaltando que o espaço físico atual não atende mais à quantidade de processos e às demandas das pessoas atendidas pelas unidades, além da necessidade de instalação de uma vara da Fazenda Pública.

O desembargador Joaquim Figueiredo informou que a situação da comarca de Açailândia também é uma preocupação do Poder Judiciário, já objeto de análise por parte da Direção acerca das medidas de melhoria a serem implementadas.

Os defensores André Luís Jacomin e Moema Zocrato abordaram a necessidade de conciliação envolvendo uma medida liminar - objeto de recursos - que determina a reintegração de posse na comunidade Bom Jesus, em Imperatriz, com o fim de evitar possível conflito.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, sugeriu a atuação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDIHPOP), que desenvolve ações de mediação e prevenção de conflitos, priorizando a busca de soluções pacíficas. **(TJMA)**

## DPE/MA E FIEMA

# Convênio vai disponibilizar exames de DNA em casos de reconhecimento voluntário de paternidade

Com o objetivo de contribuir para a pacificação do ambiente familiar, garantindo direitos de crianças e adolescentes, e fomentando também a redução do número de ações judiciais, a Defensoria Pública estadual (DPE/MA) e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), por meio do Serviço Social da Indústria (Sesi), assinaram convênio que restabelece o Projeto Ser Pai é Legal. Desde 2011, quase 700 exames de DNA foram realizados gratuitamente, beneficiando diretamente cerca de 1.600 pessoas com o fortalecimento de vínculos entre pais e filhos. O projeto tem como principal objetivo o reconhecimento voluntário

de paternidade.

Durante o ato, que aconteceu na reunião ordinária do conselho do Sesi/Senai, o defensor-geral Alberto Pessoa Bastos informou que todos os meses chegam à Defensoria inúmeras demandas por pensões alimentícias, solicitadas geralmente por mães solteiras e sem amparo financeiro. Ressaltou, ainda, que para garantir que o suposto pai seja obrigado ou sensibilizado a ajudar no sustento do filho, faz-se necessário, primeiramente, ter a prova da paternidade comprovada por meio de atuação específica.

Daí a importância da volta do projeto, segundo Alberto Bastos. “O Ser Pai é Legal é

um projeto fundamental para a Defensoria no que tange à garantia de direitos de crianças e adolescentes, das mães que chegam à instituição fragilizadas pela situação. A iniciativa também fortalece os princípios da dignidade humana, além de oportunizar às partes a resolução administrativa dos conflitos por meio da conciliação, que é o meio mais rápido para a pacificação do ambiente familiar”, declarou, lembrando a importante articulação do defensor público Benito Pereira Filho e da coordenadora do Núcleo Psicossocial da DPE, Silene Gomes, na renovação do convênio.

Conforme o convênio, a Fiema disponibilizará, por

meio de laboratório credenciado, 15 exames mensais gratuitos, o que corresponde a 180 procedimentos em um ano de parceria. Presente no ato da assinatura, o 1º vice-presidente da Fiema, Francisco de Sales Alencar, destacou que o projeto continuará beneficiando grande parte da sociedade, inclusive contribuintes da indústria maranhense, que necessitem desse acompanhamento judicial ou extrajudicial. “A Defensoria tem sido uma grande parceira da Federação e, conseqüentemente, do industriário. E é pensando neles que reativamos esse projeto fundamental para o bem-estar de colaboradores, pais e mães que necessitem de auxílio judicial”, concluiu.

## Corregedor-geral visita comarca de Buriticupu

Servidores e magistrados da comarca de Buriticupu (417 km de São Luís) receberam nesta quarta-feira (5) a visita do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, que avaliou o funcionamento e as principais necessidades de melhoria nas unidades judiciais.

O corregedor-geral conversou com os juízes Raphael Leite Guedes (1ª Vara) e Duarte Henrique Ribeiro de Souza (2ª Vara), que informaram sobre alguns problemas estruturais no prédio do Fórum e solicitaram medidas para melhoria na prestação jurisdicional.

Eles relataram dificuldades como oscilações na rede elétrica, vazamentos e acúmulo de água da chuva em algumas áreas do prédio. Também pediram apoio da Direção para instalação da comarca de Bom Jesus das Selvas - atualmente termo judiciário de Buriticupu -, a criação da 3ª Vara e um Juizado na comarca; aparelhamento do Tribunal do Júri; e o incremento no quadro de servidores, principalmente oficial de Justiça, ressaltando o aumento da demanda processual registrado na comarca nos últimos anos.

Outro problema relatado pelos juízes foi o volume de materiais e equipamentos inservíveis depositados no Fórum, solicitando a remoção e destinação para permitir a utilização do espaço físico para outros serviços das varas judiciais.

O corregedor-geral solicitou o envio dos materiais depositados para a capital, a fim de que tenham uma destinação através do Núcleo de Gestão Socioambiental do TJMA. Ele ressaltou o empenho dos magistrados e servidores na prestação dos serviços judiciários, apesar das dificuldades apresentadas, afirmando que levará as demandas apresentadas ao Pleno do TJMA, para encaminhamento das providências.

**COMARCA** - De entrância intermediária, a comarca de Buriticupu pertence ao polo judicial de Imperatriz, e atua hoje com aproximadamente 11800 processos judiciais, sendo 6.250 na 1ª Vara e 5.550 na 2ª Vara.

A 2ª Vara Judicial de Buriticupu - criada em 2008, conforme Lei Complementar nº 119 -, foi instalada em abril do ano passado, tendo iniciado suas atividades com cerca de 6.500 processos judiciais. A unidade tem competência para julgar processos relacionados aos direitos de Comércio; Crime; Família; Infância e Juventude; Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular e do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Entorpecentes; Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Habeas Corpus e Juizado Especial.

*(Asscom CGJ)*



Imagem: Jô Fernandes/Buriticupu

**Corregedor Marcelo Carvalho durante conversa com juízes da comarca de Buriticupu.**

## JUSTIÇA EM NÚMEROS

# Juízes do Maranhão obtêm melhor resultado no julgamento de processos de Execução

*Entre os tribunais de médio porte, o Maranhão foi o primeiro colocado nesse quesito*

O Judiciário de 1º Grau do Estado do Maranhão obteve, em 2017, o melhor resultado no quesito média de duração entre o pedido e a sentença em processos de Execução, dentre os 11 tribunais considerados de médio porte. O dado consta do relatório "Justiça em Números 2018", divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no último dia 27, que reúne informações sobre o funcionamento de 90 tribunais brasileiros.

Os juízes maranhenses julgaram os processos de execução, em média, com 2 anos e 2 meses, superando os tribunais do Distrito Federal (2 anos e 8 meses); Ceará (3 anos e 1 mês); Mato Grosso (3 anos e 10 me-

ses); Pará (3 anos e 11 meses); Goiás (4 anos e 3 meses); Bahia (4 anos e 5 meses); Santa Catarina (4 anos e 8 meses); Espírito Santos (4 anos e 10 meses); e Pernambuco em último lugar, com 5 anos e 11 meses de tempo médio de espera por uma sentença no âmbito dos processos na fase de Execução. A média nacional da Justiça Estadual nesse quesito é de 5 anos e 3 meses.

O relatório também aponta que os magistrados maranhenses de 1ª Instância conseguiram julgar os processos na fase de conhecimento no tempo médio de 1 ano e 6 meses, sendo superado apenas pelos juízes do Distrito Federal (10 meses), no grupo médio porte.

Para a juíza coordenadora de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, Kariny Reis Bogéa, o relatório reflete o esforço unificado da administração do Judiciário, dos magistrados e servidores de todo o Estado para alcançar uma justiça cada vez mais célere e eficaz. "É importante constatar que o trabalho do Judiciário maranhense, com planejamento e fiscalização, segue no caminho certo", avaliou.

**Fases do processo** - Conhecimento e execução são duas fases essenciais para o andamento do processo judicial. Na fase de conhecimento, o juiz recebe os fatos e os fundamentos jurídicos dos envolvidos na

causa para reunir as informações necessárias para análise. Nessa fase, as provas de ambos os lados são apresentadas e, se houver necessidade, há audiências para ouvir as partes e as testemunhas. O objetivo é que, de posse de todos os elementos disponíveis, o magistrado possa proferir a sentença e decidir sobre o conflito.

A fase de execução é o passo seguinte, que se caracteriza pelo cumprimento da sentença judicial, em que o juiz determina a uma das partes - pessoas, empresas ou instituições - a reparação de prejuízos. Nessa etapa, é concretizado o direito reconhecido na sentença ou no título extrajudicial. *(Márcio Rodrigo - Asscom CGJ)*

## Rapidinhas

- Os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA) e Lourival Serejo (vice-presidente) participaram ontem (6), no Centro Administrativo, da solenidade de encerramento do Treinamento e Capacitação para Secretários Judiciais de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Barreirinhas, Humberto de Campos, Raposa, Alcântara e Contadoria Judicial de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís.

## **Qualidade de vida**

### **Ação atenderá servidores do Judiciário em Bacabal e Santa Inês**

Será realizada nos dias 12 e 13 de setembro, nas comarcas de Bacabal e Santa Inês, a 3ª edição da “Ação de Qualidade de Vida do Judiciário Maranhense 2018”, que também contemplará as comarcas de Pindaré-Mirim, Bom Jardim, Santa Luzia, Lago da Pedra, Olho d’Água da Cunhãs e São Luís Gonzaga. A iniciativa é coordenada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental e pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça. Por meio de convênio com a Universidade Federal do

Maranhão (Ufma), o Judiciário maranhense oferece aos servidores do interior do Estado atendimentos nas áreas de Fisioterapia (avaliação postural, flexibilidade e dor), Psicologia (avaliação de estresse e qualidade de vida), Medicina (eletrocardiograma e anamnese) e Educação Física (consultoria nutricional, testes de força, flexibilidade, medição do índice de massa corpórea e avaliação postural). O evento conta com o apoio de magistrados e servidores das comarcas, a exemplo dos

secretários, que providenciam a infraestrutura necessária para os profissionais da Ufma realizarem os atendimentos. Nas áreas de Nutrição e Avaliação Física, não será necessário agendamento prévio, estando a equipe disponível para realizar consultoria nutricional, testes de força, flexibilidade, medição do índice de massa corpórea e avaliação postural. Para Psicologia, Fisioterapia e Medicina, será necessário agendamento prévio com os secretários das diretorias dos Fóruns.

## **CNJ aprova três novas resoluções que tratam da defesa da mulher**

O Conselho Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade, três novas resoluções que versam sobre a defesa da mulher. A primeira diz respeito ao enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, a segunda incentiva a participação das mulheres nas instituições do Poder Judiciário, e a terceira regulamenta procedimentos de atenção às mulheres gestantes e lactantes que se encontram sob custódia do sistema prisional.

É por meio das resoluções do CNJ que são estabelecidas as políticas públicas do órgão central do Poder Judiciário, que passam a ser permanentes e obrigatórias, não só para o conselho, mas para todos os tribunais.

A resolução que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário é um desdobramento de duas iniciativas anteriores da presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia.

## **Juíza Joseane Bezerra é a entrevistada do Justiça Cidadã**

O programa Justiça Cidadã deste sábado (8) vai entrevistar a juíza Joseane Bezerra, coordenadora do Centro de Conciliação e Mediação de Família do Judiciário maranhense. A edição começa ao meio-dia, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17).

A juíza vai responder perguntas dos apresentadores Heider Lucena e Amanda Campos sobre a necessidade de criação do órgão, o sucesso do trabalho de conciliação, que alcançou 80% de acordos em cerca de 900 audiências realizadas pelo Centro desde sua inauguração, em novembro passado, e como uma pessoa interessada pode agendar uma audiência, até antes mesmo da instauração do processo, caso

aceite tentar um acordo.

Outros assuntos que merecem destaque são a Constelação Familiar, programa que usa técnicas filosóficas e terapêuticas para orientar as famílias em conflito, e os detalhes da próxima reunião no Centro de Conciliação e Mediação de Família, marcada para 11 de setembro.

O Justiça Cidadã é reapresentado às segundas e quartas, às 21h.

A cada edição semanal, novos entrevistados vão dar informações e tirar dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo WhatsApp do programa (98) 98880-4461, ou ainda se informar pelo Telejudiciário (0800-707-1581).

## Combate ao sub-registro

# Posto de Registro Civil é instalado em Maternidade de Presidente Dutra

A Maternidade “Materno Infantil”, da comarca de Presidente Dutra, foi a 21ª a instalar Posto Avançado de Registro Civil, em solenidade ocorrida na tarde de quarta-feira (5), presidida pela juíza Gláucia Helen Maia de Almeida, com a presença do secretário estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves; do defensor público Ian Barbosa; do delegatário do 2º Ofício Extrajudicial, Vitor Sardinha; do presidente da Câmara de Vereadores, Benedito Soares; da conselheira tutelar Marlene Alves, entre outras autoridades. O pequeno Miguel Alves de Sousa foi a primeira criança a ter a Certidão de

Nascimento emitida no posto, filho de Jairo Jhonata Sousa Dias e Daniela Alves de Sousa.

A instalação do Posto Avançado de Registro Civil em Presidente Dutra foi autorizada pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), estando vinculado ao 2º Ofício Extrajudicial da comarca, mediante convênio firmado com o município de Presidente Dutra.

A medida segue o disposto no Provimento Nº 18/2018, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que estabelece a obrigatoriedade de instalação de postos de registro civil nas maternidades onde ocorrem a partir de 300 partos por ano,

nos municípios do Maranhão. O Provimento assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, objetiva contribuir com a redução dos índices de sub-registro no estado do Maranhão e com a garantia de acesso aos serviços de cidadania pela população.

Os postos instalados nas maternidades permitem que o registro de nascimento seja emitido logo após o nascimento, pela mãe, pai ou pessoa responsável, bastando apresentar a Declaração de Nascido Vivo (DVN), que é uma folha amarela de comprovação do nascimento emitida pelo hospital.